



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ANDRÉ LUIS DE SOUZA ALVARENGA**

RG 481935812

## **O CONCEITO DE MEMÓRIA EM ARENDT**

Projeto de Pesquisa enviado ao Curso de Especialização em *História, Sociedade e Cultura* do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

**Orientação:** Claudinei Cássio de Rezende.

SÃO PAULO  
2017

## DESENVOLVIMENTO

A pesquisa proposta tem como objetivo apresentar o campo discursivo da memória social fundamentado na teoria política da filósofa Hannah Arendt, especificada em três momentos de seu pensamento: a tradição; a conservação; e a criação. Arendt nasceu na Alemanha e viveu o processo que ela denominou de totalitarismo, relatado em sua principal obra, *Origens do Totalitarismo*, de 1951. Desta maneira, através da análise imanente da obra da autora, a proposta é investigar o caminhar da norma sustentada pelo fio perdido da tradição, seu exercício concreto alcançado no totalitarismo e uma possibilidade de escape deste movimento a partir da premissa agostiniana, do propósito do Homem, recordada incessantemente por Arendt em suas obras.

De início, parece-nos importante a interpretação do conceito de “tradição” nas obras de Arendt. Para a filósofa, o surgimento do que a autora determinou como totalitarismo foi causado pela perda do fio que conduzia a tradição. Logo, a primeira indagação que nos surge é: de que modo a autora induz à armação filosófica de que o esquecimento do fio que conduzia a tradição pôde ter possibilitado o surgimento daquilo que ela denominou de totalitarismo? Em seguida, torna-se importante o conceito de “conservação”. O conceito de “conservação”, na visão da autora, passa a existir na medida em que a política se torna um meio para um fim específico, teleologicamente guiado para que se atinja determinada necessidade histórica ou da natureza, ignorando a experiência concreta dos homens. Neste sentido, de acordo com a filósofa, o conceito de “conservação” recebeu um caráter definitivo e pleno no totalitarismo. Desta maneira, como compreender a conservação, que coloca de lado a experiência concreta da realidade em nome da realização de uma necessidade histórica ou da natureza? Por fim, seguindo as perguntas já feitas, devemos investigar o conceito de “criação”. Sabe-se que o conceito de “criação” tornou-se caro à autora, em suas célebres lembranças da frase agostiniana, em *A Cidade de Deus*, de que “o propósito da criação do Homem era de tornar possível um começo”. Partindo da premissa agostiniana, de que modo a criação pode proporcionar uma suposta superação dos valores totalitários?

Com a pesquisa alicerçada nestas três modalidades pensadas pela filósofa no decorrer de suas obras, o questionamento principal da pesquisa proposta é: o que Hannah Arendt pode colaborar ao fecundo campo da memória social? Para tanto,

partindo da análise imanente da obra da própria autora, deixaremos que a pesquisa nos mostre os resultados. É importante ressaltar, antes de tudo, que a memória social pode ser entendida como a construção do processo dinâmico da vida social, um campo conflituoso onde se situam inúmeros processos de articulação de lembranças e esquecimentos, bem como processos traumáticos, dos distintos atores sociais, semelhante ao campo da política, pensado pela filósofa. A importância do uso da memória social manifesta-se na medida em que as

[...] práticas mnemônicas sempre existiram ao longo de todo o processo da humanidade. Ao mesmo tempo, a memória social é um construto em voga na contemporaneidade, marcada por relações efêmeras nas quais há um constante jogo de visibilidade/invisibilidade, na tensão entre a lembrança e o esquecimento, na sua relação com o passado, o presente e o futuro, passado concebido ora de forma retrospectiva e/ou melancólica, ora prospectiva, aberto à imprevisibilidade. [...] com seu poderoso filtro de lembrar e esquecer, [a memória] reconstrói tais experiências de modo que o Homem produza alternativas de, a partir do passado, vislumbrar o horizonte futuro.<sup>1</sup>

Porém, antes de investigarmos a relação da memória social com a teoria política de Hannah Arendt, que gira em torno da temática do totalitarismo, devemos entender brevemente o caminhar pessoal e intelectual da autora. Por este motivo, é possível perceber que o ano de 1943 foi decisivo no caminhar pessoal e intelectual de Hannah Arendt. O choque que viveu ao tomar conhecimento dos campos de extermínio nazistas naquele ano constituiu o ponto de partida e a motivação de toda a sua obra. *Origens do Totalitarismo*, escrito nos anos subseqüentes de sua perturbadora descoberta, em 1951, representou, naquele instante, de acordo com a própria autora, a única saída viável para lidar com essa experiência. Em um relato em *A Dignidade da Política*, no capítulo *Compreensão e Política*, rebatendo as críticas que recebeu naquele momento, afirmou que compreender o totalitarismo não significava perdôá-lo. Disse que a compreensão, que é um esforço intelectual que nunca cessa, felizmente, não era uma condição para uma urgente luta contra os regimes totalitários. Apesar disso, afirmou, também, que a ausência da compreensão dos crimes praticados pelo totalitarismo impossibilitaria a reconciliação com o mundo como uma morada habitável para a humanidade. Para a filósofa, a vida seria mais insuportável se o pensamento não pudesse atribuir um peso e um significado a esses acontecimentos, até então inéditos, de acordo com suas análises.

---

<sup>1</sup> FARIAS, Francisco Ramos (org.). *Novos apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

Para Arendt, a reconciliação com o mundo possui um sentido de inovação, de um novo começo, termo que lhe custou caro. A busca pela reconciliação de Arendt com o mundo, em *Origens do Totalitarismo*, de 1951, chamou a atenção do público e a sua repercussão foi imediata. Críticos apontavam uma conotação emocional na obra. No entanto, essas críticas não impediram de ser reconhecida a firmeza argumentativa do livro. Respondendo às críticas, Hannah Arendt afirmava que toda atividade intelectual tem o seu início no contato com os acontecimentos reais. Tratava-se, antes de tudo, de embates do pensamento com os incidentes da experiência concreta, dos quais não poderíamos extrair uma verdade definitiva e, menos ainda, alguma teoria para a vida prática. É válido ressaltar que, durante uma palestra a respeito da sua vida acadêmica, Arendt afirmou que nunca esteve realmente interessada em agir, mas que devia seu respeito àqueles que estavam interessados em fazer alguma coisa. Voltava a afirmar que a brutalidade dos regimes totalitários desafiava os padrões tradicionais, por conta de sua inovadora “política da morte” e, por isso, deveriam ser compreendidos acima de tudo.

A compreensão da filósofa a respeito da ascensão dos regimes totalitários na Europa não constituiu, como se costumava dizer na época, em um excesso de autoridade política, mas sim, em seu contraponto, na sua ausência. Para ela, a identificação do totalitarismo como uma forma de autoritarismo estava associada com uma visão distorcida da política, visão muito corrente no período do pós-guerra. A população, principalmente a europeia, que mantinha viva a lembranças dos horrores praticados durante a guerra, reconhecia na expansão do aparato estatal um aumento da autoridade, localizando o Estado como sendo a sede da política. Partindo desta perspectiva, é natural que a oposição ao totalitarismo estivesse acompanhada de alguma forma de repúdio à política. Hannah Arendt acusa que a crescente figura de um Estado apolítico, nas décadas seguintes, acompanhada pela expansão das sociedades de consumo, foi responsável pela alteração e mudança em relação aos assuntos políticos. A interpretação da filósofa a respeito do totalitarismo era diferente, para não dizer distante. Para ela, os movimentos totalitários obtiveram sucesso, juntamente com as ideologias do racismo, movidas pelo imperialismo, e o antissemitismo, o ódio contra judeus, no caso alemão, pois souberam tirar proveito do vazio de poder deixado pela falência da autoridade política tradicional que, na prática, vinha sendo garantida desde a fundação de Roma.

De acordo com Hannah Arendt, para existirem enquanto tais, os regimes totalitários necessitam buscar a massificação da população, liquidando todas as formas tradicionais de associação humana, como os grupos de interesses, classes, etc. Para ela,

o surgimento das massas no cenário político do século XX, século do surgimento das ideologias totalitárias, possui íntima relação com o processo de alienação do mundo que atravessou toda a Era Moderna desde o seu início, sobretudo, após a queda da autoridade religiosa, como fator que oferecia certa durabilidade e estabilidade às coisas do mundo. O processo de alienação na Era Moderna pode ser entendido através da gradual inserção da esfera privada na esfera pública, principalmente, da esfera econômica na esfera política. Em vista disso, é importante demarcar, de acordo com Arendt, os passos que levaram ao processo de alienação e, conseqüentemente, de massificação, dos homens, na Era Moderna, possibilitando a chegada ao poder das ideologias totalitárias na Europa. Segundo a autora, em *A Condição Humana*, de 1958, três eventos (a Reforma, a descoberta do Novo Mundo e a invenção do telescópio) marcaram o início da Era Moderna e sua conseqüente, e inicial, alienação do mundo, que viria se intensificar nos séculos seguintes. A Reforma, encabeçada por Lutero, na atual Alemanha, alcançou conseqüências impensáveis em sua época, ultrapassando as questões teológicas e políticas que a moveram naquele instante. Acabou contribuindo, para a alienação do mundo, de acordo com Arendt, com a expropriação dos bens monásticos da Igreja. Essa expropriação levou ao empobrecimento uma enorme massa de camponeses, que foram deixados à míngua, em uma situação que, destituídos de um lugar próprio no mundo, foram expostos, às necessidades da vida, isto é, à questão social. Essa exposição às imperatividades da vida forçou essa massa de camponeses a vender a sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Essa massa, em seguida, veio a servir de mão-de-obra para estimular a Revolução Industrial em meados do século XIX, primeiro na Inglaterra e, posteriormente, no restante da Europa e do mundo. Além disso, essa massa foi abrigada, posteriormente, no final dos oitocentos e início dos novecentos, de forma precária, em nacionalidades europeias, servida como peça nos projetos nacionalistas.

Foi essa população, segundo Hannah Arendt, de homens solitários, sem um espaço que poderiam chamar de “seu”, sem um vínculo com alguma comunidade que lhe garantisse seus direitos básicos, comprimidos uns contra os outros, isto é, desprovidos de proteção privada, como os apátridas, que constituiu alvo principal das doutrinas empregadas pelos movimentos totalitários nos anos subsequentes. O totalitarismo apareceu para esses homens e mulheres como uma oportunidade de fuga da realidade, que foi, de acordo com Arendt, uma fuga suicida. Desse modo, as ideologias totalitárias foram capazes de motivar emocional e intelectualmente uma

mobilização política. Para André Duarte, comentador de Arendt, este período “[...] produziu o ‘espaço vazio’ em que surgiu uma vasta camada de homens desprovidos de laços e ‘interesses comuns’, os quais se tornaram o centro nevrálgico do totalitarismo.”<sup>2</sup>

É, neste momento, em que a filósofa faz a distinção entre os conceitos de “isolamento” e de “solidão”. Segundo Hannah Arendt, a vida dos homens no isolamento é caracterizada pela vivência em regimes tirânicos e/ou ditatoriais, onde os homens se escondem do tirano e/ou do ditador em seus lares. Já na solidão, a filósofa afirma ser sentida, semelhantemente, na velhice e na proximidade com a morte, representada na impotência política e pela retirada, ou seja, o desaparecimento, do mundo das aparências onde todos podem ser vistos e ouvidos. Neste sentido, o conceito de solidão é chave fundamental para entendermos os regimes totalitários, que adentram até mesmo o espaço privado dos homens, controlando-os de todas as maneiras possíveis com suas técnicas, impossibilitando qualquer espécie de julgamento e, por isso, de diálogo, atividades necessárias para a ação política. Resumidamente, as tiranias e/ou as ditaduras provocam medo nas populações – que buscam se resguardar em seus espaços privados, mesmo não participando da vida política. Diferentemente das tiranias ou das ditaduras, o totalitarismo é mais difuso e eficaz do que, como afirma Arendt, uma arma apontada contra alguém. Afinal, o totalitarismo rompe, de acordo com a pensadora, com a instrumentalidade da violência, conceito trabalhado em *Sobre a Violência*, de 1970. O totalitarismo produz aquilo que Arendt chamou de “terror”. Para a pensadora

o terror não é o mesmo que a violência; ele é, antes, a forma de governo que advém quando a violência, tendo destruído todo o poder, em vez de abdicar, permanece como controle total. Tem sido observado que a eficiência do terror depende quase totalmente do grau de atomização social. Toda forma de oposição organizada deve desaparecer antes que possa ser liberada a plena força do terror. Essa atomização [...] é sustentada e intensificada por meio da ubiqüidade do informante, que pode se tornar literalmente onipresente porque já não é mais um mero agente profissional a soldo da polícia, mas, potencialmente, qualquer pessoa com quem se tenha contato.<sup>3</sup>

No totalitarismo, também, a tradicional visão a respeito das leis, como uma forma de estabilidade em um mundo incerto das ações humanas, de acordo com a filósofa, é transposta por uma Lei Superior, que reflete uma suposta necessidade histórica ou da natureza. Neste sentido, a afirmação da superioridade de um grupo humano sobre outro não foi apenas possível, como era inevitável. Para Arendt, o aspecto doutrinador de uma ideologia, que se caracteriza pelo desprezo da experiência

---

<sup>2</sup> DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

concreta, parte de uma única ideia que deve ser, como relatado em *Origens do Totalitarismo*, obra de 1951, “suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna”. O movimento realizado pela brutalidade das ideologias deve, segundo Arendt, fornecer mecanismos para a realização de uma Lei da História, eliminando todos os seus entraves no caminho de sua realização, como ocorreu com os judeus na Alemanha nazista. Na perspectiva de André Duarte, para Arendt, “o grande risco dessa concepção da história [...] é a de que ela pode implicar a subordinação do homem [...] a forças e tendências inexoráveis e incontroláveis”<sup>4</sup>. Desta forma, o regime totalitário é capaz de promover, através do movimento da Lei da História, que é, por sua vez, proclamado pela sua brutalidade, o que a autora chamou de “domínio total”. A eliminação dos indesejados nos campos de extermínio totalitários, principalmente nazistas, acontecia, de acordo com a filósofa, em três etapas.

Em um primeiro momento, ocorria a morte jurídica do Homem. Neste instante é importante pensarmos, como um exemplo, inclusive, vivido e proposto por Hannah Arendt: a figura do apátrida. Semelhantemente, a anulação jurídica do Homem nos regimes totalitários pôde ser percebida na efígie do “criminoso que não cometeu crime” algum, muito menos um crime político. Sem nenhuma acusação formal, no totalitarismo, as pessoas indesejadas eram enviadas aos campos de concentração e, até mesmo, de extermínio, para que a ideologia totalitária fosse garantida. A anulação da figura jurídica do Homem favoreceu a invisibilidade que se passava no interior dos campos de extermínio. Ao ingressarem em uma dessas “fábricas da morte”, apagavam-se os últimos laços que os indivíduos possuíam com o mundo, sua presença estava apagada. O passo seguinte da implantação do “domínio total”, de acordo com Arendt, foi a destruição da moral dos indivíduos. A própria organização e logística dos campos incentivavam e, muitas das vezes, levavam à colaboração, à delação e, até mesmo, obrigavam os próprios prisioneiros a participarem das execuções de seus respectivos companheiros. Neste sentido, o senso de comunidade, a consciência moral, fora desafiada intensamente, e fazer o bem, se tornou quase impossível. O terceiro e último passo do “domínio total” apontado pela filósofa, que visava à transformação de indivíduos em “mortos-vivos”, foi a destruição da própria individualidade e, conseqüentemente, da espontaneidade humana, requisito fundamental para a liberdade

---

<sup>4</sup> DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

política. Não é por menos que Hannah Arendt ficou impressionada com as cenas de, como ela afirma, em *Origens do Totalitarismo*, obra de 1951, “procissões de seres humanos que vão para a morte como fantoches”. A destruição de toda a capacidade de reação e, conseqüentemente, a inevitável promoção do automatismo, começava no transporte dos prisioneiros nos trens de carga, passando pela uniformização do tratamento nos campos, recebendo seu desfecho no assassinato em massa nas câmaras de gás. Os condenados à morte se multiplicavam idênticos, sem que se pudesse discernir entre eles qualquer traço de individualidade ou espontaneidade. De acordo com a filósofa, com a arbitrariedade produzida no totalitarismo,

[...] vemos a tentativa quase deliberada de construir, em campos de concentração e câmaras de tortura, uma espécie de Inferno terreno, cuja diferença principal em relação às imagens medievais do Inferno reside em melhorias técnicas e na administração burocrática – mas também em sua falta de eternidade.<sup>5</sup>

Assim, do ponto de vista prático, a chegada das ideologias totalitárias no poder foi possível por conta da adoção de critérios instrumentais nas atividades humanas durante toda a Era Moderna, culminando nas elaboradas técnicas dos campos de extermínio. Na perspectiva de Arendt, do ponto de vista do pensamento político, a subida do totalitarismo ao poder deu-se por conta da crise da tradição e, conseqüentemente, de sua autoridade política, categoria do pensamento político mais antiga do Ocidente, nascida, em sua concretude, durante a fundação de Roma, e que possibilitava, desde então, uma referência ao Homem, no que diz respeito às tomadas de decisões na sociedade. Hannah Arendt também buscou esclarecer, mas não conservando ou invalidando, os aspectos a respeito da tradição, mencionada em suas obras: sua crise, do ponto de vista do pensamento político, e seu desdobramento na direção mencionada dos regimes totalitários, do ponto de vista prático. Neste sentido, para a filósofa,

já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado obívio de um futuro melhor, são vãos.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

<sup>6</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

De acordo com a filósofa, rastrear quando a política foi concebida como um estatuto, isto é, como uma referência, dotada de um fim pré-estabelecido, significaria rastrear o aparecimento da noção da autoridade, de uma regra, e o desaparecimento da dignidade na tradição do pensamento político ocidental. No ensaio *O Que é Autoridade*, na obra *Entre o Passado e o Futuro*, de 1961, a filósofa aborda o aparecimento e a genealogia da autoridade na tradição do pensamento político ocidental, que culminou, em sua ruptura, na subida ao poder das ideologias totalitárias. Em sua análise, Hannah Arendt encontrou as primeiras formas centradas na experiência de uma referência e, por isso, de um absoluto, em *A República*, do filósofo grego Platão, mais especificamente, no mito da caverna que, posteriormente, foram colocadas em prática após a fundação de Roma e, em seguida, repensada com a Igreja Católica, sendo legadas pela filosofia de Nicolau Maquiavel e restauradas com as experiências dos movimentos revolucionários durante a Era Moderna, como fora mostrado em *Sobre a Revolução*, de 1963, principalmente na França, sobretudo após o emblemático ano de 1848, e, posteriormente, nos Estados Unidos. Segundo a pensadora,

[...] existem muitas maneiras de interpretar a configuração histórica em que teve aparecimento o incômodo problema de um absoluto. Quanto ao Velho Mundo, mencionamos a continuidade de uma tradição que parece nos conduzir diretamente aos últimos séculos do Império Romano e aos primeiros séculos do cristianismo, quando, depois que o “o Verbo se tornou carne”, a encarnação de um absoluto divino na Terra foi representada inicialmente pelos vigários do próprio Cristo, pelo bispo e pelo papa, aos quais se sucederam os reis que invocavam direitos divinos para a realeza, até que por fim à monarquia absoluta se sucedeu a soberania não menos absoluta da nação.<sup>7</sup>

Finalmente, de acordo com Hannah Arendt, a autoridade política tradicional, que caminhara, em sua concretude, desde a fundação de Roma, veio à falência no pensamento do mundo contemporâneo. O esgotamento da autoridade no pensamento político fora, na visão da filósofa, apenas uma parte de uma ampla crise que atravessou toda a Era Moderna. Em *A Condição Humana*, obra de 1958, no capítulo *A Vita Activa e a Era Moderna*, a filósofa afirma que o advento da Era Moderna resultou no aparecimento de um homem alienado de seu mundo, que antes lhe era comum. Segundo ela, essa alienação pode ser descrita de duas formas: uma prática; e outra teórica. De um lado, na prática, o avanço das ciências deslocou o ponto de referência da compreensão de toda a realidade da Terra para um Universo infinito – a invenção do telescópio por

---

<sup>7</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Galileu, já citada, teria sido responsável por isso. Além disso, a descoberta dos novos continentes, um dos momentos inaugurais da Era Moderna, segundo a filósofa, conduziu o Homem para o avanço da técnica e da instrumentalidade, encurtando distâncias e possibilitando a realização de façanhas nunca antes imaginadas. De outro lado, teoricamente, o pensamento político moderno, por conta do ganho de notoriedade da dúvida, voltou a sua mentalidade e atenção do mundo exterior para o interior do homem, acentuando o individualismo e o subjetivismo nas tomadas de decisões na sociedade. Os acontecimentos descritos acima, juntamente com a Reforma, também já citada e explicitada, e outros, que não ganharam menção nas obras de Arendt, possibilitaram a perda de confiança da capacidade receptiva dos sentidos humanos e, conseqüentemente, da recepção de uma verdade que os conduzisse no mundo, resultando no surgimento da dúvida como um ponto de partida para as tomadas de decisões no mundo. Esse momento histórico ficou marcado, segundo a autora, pela frase do filósofo René Descartes, onde o Homem moderno teria “caído em águas muito profundas da dúvida, sem poder nadar nem firmar os pés no fundo”. Desde então, a dúvida assombrou toda a história da Era Moderna. Essa preocupação, de acordo com Hannah Arendt, não cessaria nos séculos seguintes e a incerteza de garantias, de que aquilo que se tomava como verdade não fosse uma mera ilusão, tomou conta do Homem. Tal sentimento de instabilidade possibilitou com que o Homem buscasse a tradicional referência cognitiva que, desde a filosofia platônica, estava alicerçada na contemplação de um mundo transcendente e/ou de um tempo adâmico, com aquilo que, em sua época, estava ao seu alcance – a técnica e a instrumentalidade. Por este motivo, Hannah Arendt ressalta que

o fim de uma tradição não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre as mentes dos homens. Pelo contrário, às vezes parece que esse poder das noções e categorias cediças e puídas torna-se mais tirânico à medida que a tradição perde sua força viva e se distancia a memória de seu início; ela pode mesmo revelar toda sua força coerciva somente depois de vindo seu fim, quando os homens nem mesmo se rebelam mais contra ela.<sup>8</sup>

A busca por estabilidade em um mundo de constantes transformações, de mudanças/reacionarismos, como fora a Era Moderna, ocorreu, de acordo com Hannah Arendt, por meio dos aparatos técnicos, possibilitando o surgimento daquilo que a autora chamou de *Homo Faber*, isto é, um homem voltado, especificamente, para a

---

<sup>8</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

atividade do trabalho. O *Homo Faber*, para ela, duvidoso a respeito da apreensão da realidade, estaria seguro apenas ao conhecer aquilo que ele mesmo fabrica, compreendendo o acesso a verdade como um ato de intervenção na realidade, através dos aparatos técnicos. Neste período que, de acordo com a filósofa, a posição de autoridade na Terra, que antes era legada aos deuses e/ou ao inalcançável, foi transmitida ao ser humano e à técnica. Não é por menos que, o trabalho, juntamente com seu produto prático, a fabricação, destacou-se como a mais admirável atividade do Homem. Apesar disso, a figura do *Homo Faber* foi, para Hannah Arendt, rapidamente substituída por outra com a chegada dos movimentos totalitários na contemporaneidade: o *Animal Laborans*. Para a filósofa, se o *Homo Faber* é um homem voltado à atividade do trabalho que, do ponto de vista politicista, não é espontâneo, mas sujeito teleologicamente para atingir metas previamente determinadas de um produto ou uma obra, o *Animal Laborans*, por sua vez, estaria sujeito à manutenção e reprodução da vida, em seu termo estrito e, desta forma, representando uma parte da cadeia evolutiva das espécies animais, que é presa ao ciclo vital da sobrevivência e propensa à imortalidade. Neste instante, de acordo com Hannah Arendt, com a chegada das ideologias totalitárias ao poder, como o nazismo na Alemanha, a atividade do *labor* fora elevada à posição da atividade mais valiosa da *vita ativa* do Homem. Por fim, a autora, em suas obras, chega à conclusão de que, ao mesmo tempo em que a Era Moderna definiu a atividade do trabalho como uma referência para a orientação dos homens, em seguida, acabou por arruiná-lo, com a chegada dos mecanismos e das ideologias totalitárias, cedendo espaço à atividade do *labor*. Em meio a essa entropia na política, a solução deste impasse, desta busca por uma estabilidade, foram as monstruosidades cometidas pelos regimes totalitários.

Para a pensadora judia, contrária a toda determinação imposta pela ideologia totalitária, manifestada, principalmente, na Alemanha, no início do século XX na Europa, estava a espontaneidade e, conseqüentemente, a liberdade política, faculdades exclusivas do Homem. Esta última, só pode ocorrer quando os homens estão reunidos, em pé de igualdade, em um espaço público, praticando a atividade da ação, a matéria da vida política, diferente das atividades do trabalho e do *labor*, possíveis no isolamento. A atividade da ação, para Arendt, só pode se efetivar e, conseqüentemente, amparar a política, na medida em que o Homem aprimora a sua capacidade de conscientização, isto é, seu pensamento e julgamento, do mundo, atividades da *vita contemplativa*, trabalhadas em *A Vida do Espírito*, obra publicada *post-mortem*, encontrando-se com

outros homens também livres em um espaço público, ou seja, na *pólis*. Posto que, é na *pólis* que encontramos o agonismo de duas forças de pensamento que resultam em um juízo, que caminha ao futuro indeterminado:

[...] As duas forças antagônicas são, ambas, ilimitadas no sentido de suas origens, vindo uma de um passado infinito, e outra de um futuro infinito; no entanto, embora não tenham início conhecido, possuem um término, o ponto no qual colidem. A força diagonal, ao contrário, seria ilimitada no sentido de sua origem, seu o seu ponto de partida o entrechoque das forças antagônicas, seria, porém, infinita quanto a seu término, visto resultar de duas forças cuja origem é o infinito. Essa força diagonal, cuja origem é conhecida, cuja duração é determinada pelo passado e pelo futuro, mas cujo eventual término jaz no infinito, é a metáfora perfeita para a atividade do pensamento.<sup>9</sup>

Além disso, Hannah Arendt, é importante lembrar, participou de debates que mexeram com o mundo político da sua época, envolvendo-se no, até hoje, polêmico caso do julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, no ano de 1960. Envolvimento que possibilitou a elaboração de uma de suas obras que, basicamente, pode ser explicada com o seu subtítulo – *Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*, publicada em 1963. A banalidade, segundo a filósofa, seria a ausência de pensamento e de julgamento, pressupostos para a ação que, por sua vez, é matéria da vida política. De acordo com a filósofa, a banalidade estaria acompanhada de um burocratismo, ou seja, de uma vida sem questionamentos, amnésica, seguindo ordens pré-estabelecidas. Por isso, de acordo com Eduardo Jardim, na proposta política arendtiana, a “vida do espírito”, isto é, a *vita contemplativa*, “[...] retira-se do mundo pelo pensamento e, em seguida, retorna a ele pelo juízo”<sup>10</sup>, categorias inexistentes em Eichmann, atestadas pela pensadora em Jerusalém.

Neste sentido, devemos pensar a atividade política, que é sustentada pela ação, de acordo com a filosofia de Hannah Arendt. Poderíamos optar por vários caminhos, de certo. No entanto, em sua obra *O que é Política*, publicada dezoito anos após a sua morte, no ano de 1993, é um dos caminhos possíveis. A filósofa escreveu a obra com o intuito de desconstruir os preconceitos em relação à política. A situação política de sua época, em meados dos anos 1950, favorecia uma avaliação negativa da política, por conta da desilusão a respeito do progresso. Afinal, vivia-se o ressentimento da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e o medo do fim do mundo com a disputa pela hegemonia global, durante a Guerra Fria, entre Estados Unidos e União

<sup>9</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

<sup>10</sup> JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

Soviética. Segunda a autora, na época, acreditava-se que os males causados por esses momentos históricos eram resultado de uma hiperinflação do âmbito político que, por sua vez, causara uma supressão de todos os outros âmbitos da vida dos homens, sobretudo, a liberdade. Portanto, de acordo com Hannah Arendt, a situação a respeito da política deveria ser debatida e colocada em exame. Em seu exame, para o pensamento corrente da época, as liberdades individuais deveriam ser resguardadas e protegidas do aparato estatal. Ademais, acreditava-se que a política possuía um caráter moralista, baseado na crença de que liberdade seria sinônimo do livre-arbítrio, concepção oriunda do credo cristão, e de que a sociedade deveria ser movida pelo sentimento do amor, o mais íntimo e menos mundano sentimento, ao invés da amizade, sentimento assegurador dos pactos políticos, de modo que os líderes políticos evitariam o fim do mundo por uma questão de caráter e não por um debate de natureza propriamente política. De acordo com a autora, alguns acreditavam que a política estava associada à violência: tanto por parte dos que temiam o desastre de uma guerra nuclear como daqueles que enxergavam na violência uma forma de libertação. Tais movimentos foram, de acordo com a filósofa judia, reacionários, na medida em que localizavam a política em meio à violência. A filósofa afirma que estes movimentos estavam presos aos velhos códigos tradicionais do pensamento político. Vejamos em suas palavras: “quanto mais forte é o apego dos homens ao antigo código, mais ansiosos estarão para assimilar o novo; a facilidade com que tais inversões podem se dar em certas circunstâncias sugere de fato que todos estão adormecidos quando elas ocorrem.”<sup>11</sup>

Diante deste cenário, Arendt afirma que a pergunta que se levantava na época era se a humanidade não se voltaria para a razão e se livraria de vez da política, para não ser, de uma vez por todas, destruída por ela. A resposta que Hannah Arendt gostaria de responder em seu livro *O que é Política*, como vimos, já tinha uma conotação negativa em seus possíveis e futuros leitores. E, nesse sentido, os preconceitos enraizados sobre a política impediam qualquer espécie de julgamento a respeito do tema. Nestes casos, na visão de Arendt, as ideias de política e de liberdade entram em conflito. Em suma, por um lado, havia aqueles que acreditavam que a liberdade só poderia ocorrer longe do Estado e, por isso, da política. De outro, existiam aqueles que acreditavam que a liberdade deveria suceder da política que, por sua vez, era um instrumento violento na direção de um fim previsto, sua plena libertação.

---

<sup>11</sup> ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

No entanto, para Hannah Arendt, que possuía uma grande influência dos gregos, estava convicta de que a liberdade é o produto do intra-espço humano, onde os homens colocam-se em posição de igualdade, em um espaço público, distintamente, do espaço pré-político, onde os homens visam à satisfação das suas vontades, como em seus espaços privados. O ingresso para a vida política dependia da satisfação das necessidades básicas do Homem, suas carências em relação à manutenção da vida. Sua convicção em relação à inovadora política ateniense rendeu-lhe inúmeras críticas de estudiosos materialistas, que a classificam como uma pensadora idealista, colocando-a em uma matriz atenocêntrica. Em sua obra *Entre o Passado e o Futuro*, de 1961, a autora recorda que, para o pensamento político grego,

[...] a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações. Essa liberdade, é claro, era precedida da liberação: para ser livre, o homem deve ter-se libertado das necessidades da vida. O estado de liberdade, porém, não se seguia automaticamente ao ato de liberação. A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado, em outras palavras, no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos.<sup>12</sup>

Por esta razão, para a filósofa, a postulação de um fim determinado na política torna-se um obstáculo para sua própria realização, que é espontânea, assemelhando-se ao fim previsto da uma obra e/ou do ciclo vital das espécies animais. Durante a história do pensamento político ocidental, afirma Hannah Arendt, no decorrer de seus livros, que, lamentavelmente, a visão utilitarista da política se expandiu e passou a prevalecer no mundo contemporâneo. Ademais, de acordo com a filósofa, o que define a promessa da liberdade é a distinção entre organismos políticos, alicerçados na pluralidade humana, e apolíticos, aprisionados em um estado natural e mítico das coisas, como as sociedades primitivas dependentes de fenômenos naturais considerados deuses que puniam ou abençoavam os seres humanos.

Não é por menos que, no capítulo *O Que é Liberdade*, em seu livro *Entre o Passado e o Futuro*, de 1961, a autora afirma que, a ação, que é matéria da vida política, “deve ser livre, por um lado, de motivos, e, por outro, de um fim intencionado com um efeito previsível”. Isso não significava que motivos deveriam estar ausentes na ação, mas antes que a ação se torna livre na medida em que é capaz de transcendê-los. É

---

<sup>12</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

importante lembrar que a defesa da política feita pela filósofa não pressupõe que as distintas perspectivas não possam ser corrigidas e/ou que não haja um critério político para serem julgadas. Não é por menos que a lógica do espaço dialógico grego permitiu a mediação das forças políticas em função da *pólis*. Por isso, o diálogo político, por oposição ao poder absoluto, exige que umas e outras forças sejam igualmente submetidas à prestação de contas no espaço público em que se constitui a *pólis*. Porém, quando falamos em *pólis*, em nada estamos tentando submeter nossas análises às cidades-Estado gregas e em seu espaço físico propriamente dito, mas à formação do intra-espaço humano no qual a liberdade pode vir a operar.

Como já dito, Hannah Arendt lamentou e, por este motivo, buscou compreender, o rumo que tomou a política no Ocidente, desde quando Platão, desapontado pela morte de Sócrates, pensou *A República*, valendo-se da analogia dos ofícios na vida prática. Neste sentido, as “formas” pré-visualizadas das obras são reproduzidas por meio de um esforço mimético do artista, de um demiurgo. Com isso, as “formas” tornam-se um padrão constante, isto é, um absoluto, para o sucesso ou fracasso humano. Enfim, a analogia platônica reproduz “[...] o comportamento moral e político no mesmo sentido em que a ‘ideia’ de uma cama em geral é o padrão para fabricar qualquer cama particular e julgar a sua qualidade”<sup>13</sup>. Para a filósofa, o mito do rei-filósofo inaugurou um caráter instrumental nos assuntos políticos, sendo perpetuado e retomado durante toda a tradição, mesmo depois de seu esgotamento. Com isso, podemos destacar dois perigos causados pela instrumentalidade da política apontados pela filósofa: o primeiro seria o impedimento no reconhecimento cognitivo da dimensão da pluralidade humana no mundo; e, o segundo, seria a impossibilidade das estruturas sociais darem conta da espontaneidade e imprevisibilidade e, portanto, da ação humana.

O exame da filósofa a respeito das três atividades humanas da *vita ativa* está descrito em sua obra *A Condição Humana*, lançada em 1958. As três atividades são: o trabalho, o *labor* e a ação. Para tanto, Hannah Arendt destaca a obra do autor, como sendo o *Homo Faber*, que produz ou fabrica seu produto no isolamento, tendo um fim imaginado. Do ponto de vista político, o autor, que fabrica seu produto no isolamento, é o tirano, que conduz, de forma isolada, a sociedade de acordo com suas próprias necessidades. Da forma semelhante, segue a atividade do *labor*, que é sentida e produz a manutenção da vida no isolamento. Em contraste com as atividades produtivas e

---

<sup>13</sup> DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

laborais, está a atividade da ação, que não possui um fim previsto e que sempre precisa da presença de outros homens para se realizar. Desta maneira, a atividade da ação, que só ocorre entre os homens, produz uma teia de relações políticas; mesmo que se reconheça que a atividade da ação precisa ser despontada por uma pessoa específica. Enquanto todo o processo produtivo e laboral se esconde para o aparecimento da obra e/ou para a manutenção da espécie, isto é, do produto final e/ou da sobrevivência, o Homem que pratica a ação só aparece na medida em que está no intra-espço humano, isto é, no espaço público, onde todos os homens demonstram como, de fato, são. Por isso, segundo Hannah Arendt, a ação é a única atividade capaz de sublinhar a identidade do indivíduo, dotando-o de dignidade. Acrescenta ainda que, a ação, diferente do trabalho e do *labor*, possui um caráter inconversível. Os processos que a ação produz podem ser sentidos muito depois do indivíduo que a causou ter deixado o mundo, ou seja, a *pólis*.

Hannah Arendt afirma também que, para lidar com essa imprevisibilidade da ação, é necessário o uso do recurso da promessa. A promessa é a base sob a qual pactos e tratados são estabelecidos, representando uma aposta no valor do discurso humano e uma garantia de estabilidade, mesmo que por um tempo previsível, nos assuntos humanos. Para ela, o valor do conceito da promessa foi, teórica e inicialmente, reconhecido na poesia épica do *Gênesis*, na Bíblia, quando Abraão firmou seu pacto com deus e, que mais tarde, ganhou forma jurídica, e prática, nas leis romanas. Enquanto a promessa era uma segurança contra a imprevisibilidade da ação, o recurso do perdão, de acordo com ela, teria a ver com o seu caráter inconversível, assegurado pela faculdade de iniciar algo novo dos homens. Por esta razão, o perdão, por proporcionar a liberdade tanto de quem perdoa como de quem é perdoado, é diferente da vingança, que aprisiona ambos em um passado. A filósofa ainda afirma que, por conta do conceito de perdão ter tido origem religiosa, com os ensinamentos de Jesus, seu reconhecimento na política foi dificultado durante toda a História.

É possível notar, em seus escritos, que Hannah Arendt repudiava a política como uma forma de associação com a técnica, que reduz a primeira em mera governança e/ou administração, como ocorreu no mundo contemporâneo. A filósofa também negava a subordinação da política à moral, forma associativa de origem cristã, pelo fato de ter restringido a liberdade ao âmbito pessoal do livre-arbítrio. No entanto, foi com Agostinho de Hipona, um dos pais fundadores da Igreja, que sua inspiração para a formulação do conceito de “criação”, de um novo começo, em suas obras, aconteceu.

De acordo com Hannah Arendt, o conceito de “criação”, fundamentado exclusivamente na ação, matéria da vida política, está intimamente ligado com a noção de milagre. A noção de milagre, apesar de ter origem religiosa, consiste em uma intervenção abrupta que altera o curso dos acontecimentos e faz nascer algo de novo, como quando os homens nascem e passam a existir e desafiar um mundo já posto a eles. Além disso, a filósofa demonstrou que o milagre aconteceu, também, no plano dos processos naturais da vida no Universo. As súbitas alterações que trouxeram o surgimento da Terra, da vida orgânica e, conseqüentemente, do próprio Homem, devem, de acordo com Arendt, serem vistos como verdadeiros milagres. Pois, trata-se de ocorrências inesperadas em ambientes que os processos naturais são plenamente previsíveis e condicionados. Na mesma direção, portanto, no âmbito humano, o milagre recebeu um aspecto próprio, com a obtenção de seu instaurador, daquele que faz os milagres, isto é, o próprio Homem. Afinal, de acordo com Hannah Arendt, as chances são esmagadoras do hoje ser igual ao amanhã:

A história, em contraposição com a natureza, é repleta de eventos; aqui, o milagre do acidente e da infinita improbabilidade ocorre com tanta freqüência que parece estranho até mesmo falar de milagres. Mas o motivo dessa freqüência está simplesmente no fato de que os processos históricos são criados e constantemente interrompidos pela iniciativa humana [...].<sup>14</sup>

O Homem, como um agente de iniciativas, suprime a continuidade histórica e traz consigo a novidade, destruindo a monotonia e implacabilidade da natureza. Para Arendt, essas iniciativas humanas são o fruto da liberdade, que permanecerá sendo o exclusivo dom humano, enquanto a condição humana não for alterada. A obra da Hannah Arendt, tendo como base a criação e a possibilidade de um novo mundo, aparece-nos como um raio de luz que parece iluminar o que ela chamou, e que foi tema de um de seus livros, publicado no ano de 1968, de “tempos sombrios”.

## **OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral da pesquisa proposta é o de buscar o conceito de memória na teoria política da filósofa Hannah Arendt, precisamente, em alguns desdobramentos de sua obra. Neste sentido, é fundamental a apresentação do campo discursivo da memória

---

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

social, de acordo com Arendt, e seu entrelaçamento com os conceitos, já apresentados, trabalhados em todo o percurso das obras da filósofa. Ao mesmo tempo, enquanto procuramos prosseguir em nosso desenvolvimento acadêmico e profissional, dentro da área da História Política e da memória social, entendemos que a realização do mestrado possibilitará, na e para a exploração do tema, subsídios consistentes para a ampliação dos horizontes da historiografia e de nosso particular interesse.

### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

A pesquisa proposta, especificamente, tem como objetivo apresentar o conceito de memória vinculado a três momentos e, conseqüentemente, três conceitos, da teoria política da filósofa Hannah Arendt: a tradição; a conservação e; a criação. Os três conceitos mencionados serão abordados ao longo da pesquisa. Além disso, estão relacionados a uma visão de mundo específica, peculiar à perspectiva da Nova História. Desta forma, o que se pretende alcançar com a pesquisa é um resultado que permita contribuir para o conhecimento: da experiência da Nova História; contribuir para a revisão bibliográfica de autores da Política, com base em uma leitura clara, precisa e com o intuito de utilizar os resultados em trabalhos de caráter educacional e social posteriormente; contribuir para o trabalho do historiador, como agente do tempo, revisando a História e acrescentando novos olhares ao tema.

### **JUSTIFICATIVA/RELEVÂNCIA**

A historiografia brasileira, inserida nas transformações dos estudos históricos das décadas iniciais do século XX, com a ampliação das possibilidades de exploração promovida pela Escola dos *Annales*, também experimentou um extraordinário crescimento qualitativo, especialmente, por explorar temas considerados poucos comuns até então. Ainda no contexto de novas buscas da ciência histórica, desde meados dos anos 1970, o interesse pela memória social ganhou força e espaço nos estudos e trabalhos dos pesquisadores.

Por outro lado, se na temática dos estudos da memória social o crescimento, a compreensão e sua inserção dentro da historiografia tem sido fecunda, ao levarmos em conta a revisão bibliográfica de autores consagrados na política, como Hannah Arendt, ela ainda é de pequena monta. Nessa área, ainda pouco explorada, é compreensível e necessária a formulação de projetos que tratem da questão com interdisciplinaridade,

desenvolvendo maiores subsídios de análises e compondo, em sua importância social, a historiografia. É desafiador, obviamente, responder tais questões, mas nestes tempos, há a necessidade do historiador ser ousado em sua pesquisa.

Neste sentido, a revisão bibliográfica arendtiana, sob a perspectiva da memória social, justifica-se por: proporcionar a ampliação do conhecimento e compreensão de um entrelaçamento da memória social com a política, que permanece sendo ampliado nos estudos históricos; demonstrar, de forma mais objetiva, revisões e críticas a respeito da obra de Hannah Arendt; e, especialmente, por livrar o leitor de concepções sobre uma política restrita a um banco de negócios e fins específicos, concepção consagrada no universo político brasileiro. Por esta via, sob uma análise imanente, a intenção da pesquisa será de contribuir para a ampliação da compreensão da teoria arendtiana, em suas especificidades próprias.

O mestrado irá, com a pesquisa proposta neste projeto, portanto, contribuir para: a ampliação do conhecimento da memória social na política, em aspectos ainda pouco explorados, escapando de temáticas que dão acentuado privilégio à História positivista e deixam de lado, por alguma temeridade, as análises relacionadas à História Social; e, a desconstrução de preconceitos e/ou falácias do pensamento político arendtiano. Por fim, contribui-se especialmente para a ampliação da historiografia atual, cuja História Social, com o apoio de disciplinas como a política e a memória social, é um amplo universo a ser explorado.

## **ABORDAGEM TEÓRICO/METODOLÓGICA**

Este projeto de pesquisa entende que uma revisão bibliográfica imanente mais consistente das obras de Arendt será indispensável para a obtenção e consolidação dos fundamentos que autorizarão as interpretações sob a memória social. Uma vez que a formulação do problema foi iniciada, esta exploração mais aprofundada se faz necessária e obrigatória. Para tanto, a bibliografia pretendida para a fundamentação teórica deverá ser trabalhada com maiores critérios e as leituras deverão ser orientadas com maior rigor. Algumas fontes bibliográficas e teóricas já foram exploradas e compiladas e, por isso, continuarão a ser base de análise e interpretação nesta pesquisa. A consulta e compilação das obras da autora, dentre outras a serem estudadas, irão proporcionar a análise imanente proposta, não visando uma posição teórica inicial, que busque encaixar elementos exógenos no objeto, mas dando subsídios para o andamento da pesquisa a respeito do que o objeto tem a nos dizer. A interpretação destas fontes

será feita com o embasamento da fundamentação teórica calcada no estudo da bibliografia estudada, e que será indicada, sobre memória social, caracterizando a pesquisa de cunho bibliográfico e teórico.

### **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

ETAPAS/PERÍODO	2018												2019											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS																								
REDAÇÃO DO CORPO DA PESQUISA																								
REDAÇÃO DAS CONCLUSÕES, REVISÕES E ENTREGA DA DISSERTAÇÃO FINAL																								

### **REFERÊNCIAS**

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BERGSON, Henri. *Consciência e vida*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHASIN, José. Marx: da razão de mundo ao mundo sem razão. In: \_\_\_\_\_. *Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1988.

\_\_\_\_\_. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

- \_\_\_\_\_. *Sobre o conceito de totalitarismo*. In: *Ensaio Ad Hominem*, Tomo III – Política. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FARIAS, Francisco Ramos (org.). *Apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Novos apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.
- FONTANA, Josep. O materialismo histórico e a crítica do capitalismo. In: FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- GONDAR, Jô (org.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *O vôo de Minerva*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre História*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. P. 67-168.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.